Banco Comunitário Palmas: metodologia e análise geográfica do fenômeno

Carolina Gabriel de Paula Pupo[1]

Resumo: *Dentro deste novo período, denominado por Milton Santos de "período técnico-científico-informacional", que se inicia na década de 1970, as finanças se tornam uma variável determinante e dominante, fundamental para a compreensão do espaço geográfico, constituído por um conjunto contraditório e solidário de sistemas de ações indissociáveis de sistemas de objetos. Vemos, portanto, a pertinência do estudo das finanças na Geografia. Ao mesmo tempo que as finanças globais utilizam o território como recurso surgem novas formas alternativas de organização das finanças que pretendem usar o território como abrigo. Essas "finanças solidárias" abrangem um leque de novas formas financeiras contemporâneas. Dentre as existentes selecionamos os bancos comunitários e as moedas locais (e/ou moedas sociais) que atuam respectivamente como "fixos" e "fluxos" dentro desta nova realidade financeira. Esses fenômenos recentes no Brasil têm seu marco no Conjunto Palmeiras, área periférica de Fortaleza-CE, com a criação do Banco Comunitário Palmas (1998) e sua moeda local, o Palmas (P$). A partir do momento que esses "fixos" e "fluxos" tornam-se uma política pública do Estado brasileiro durante o governo do Partido dos Trabalhadores, multiplicando-se e ganhando capilaridade praticamente por todo território usado. Neste artigo, nosso objetivo é descrever como se funda o primeiro banco comunitário do Brasil, o Banco Palmas, pois ele será o "espelho" para fomentar outros bancos comunitários no Brasil, denominados de bancos comunitários de desenvolvimento (BCD). Buscaremos neste artigo trazer ao leitor como elaboramos, até o presente momento, a fundamentação teórico-metodológica deste tema na pesquisa em Geografia.*

Palavras-chave: *bancos comunitários; moedas locais; Banco Comunitário Palmas; lugar.*

Community Bank Palmas: methodology and geographic analysis of the phenomenon

Abstract: *Within this new period, called by Milton Santos of the "technical-scientific-informational period", which began in the 1970s, finances became a determining and dominant variable, becoming fundamental for the understanding of the geographic space, constituted by a contradictory and solidary set of inseparable systems of actions of systems of objects. We see, therefore, the relevance of the study of finance in Geography. At the same time that global finance uses the territory as a resource new alternative forms of financial organization arise that intend to use the territory as a shelter. These "solidarity finances" cover a range of new contemporary financial forms, among which we selected community banks and local currencies (and / or social currencies) that act respectively as "fixed" and "flows" within this new financial reality. These recent phenomena in Brazil have a milestone in the Palmeiras Complex, a peripheral area of Fortaleza-CE, with the creation of the Palmas Community Bank (1998) and its local currency, Palmas (P $). Once these "fixed" and "flows" become a public policy of the Brazilian State during the government of the Workers' Party, these geographical fixes multiply and gain capillarity through much of the territory. In this article, our objective is to describe how the first Brazilian community bank, Banco Palmas, is founded, as it will be the "mirror" to foster other community banks in Brazil, called Community Development Banks (BCD). We will also bring the "meanders" to the realization of this research with the objective of contributing with the theoretical methodological foundation of this object in Geography research.*

Keywords: *community banks; local currency; Community Bank Palmas; place.*

[1] Pós-graduanda do Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, e-mail: carolgeousp@gmail.com

Introdução

Primeiramente é fundamental definir bem as categorias analíticas do estudo, assim como elencar conceitos que sejam operacionais à investigação. O ponto de partida desta pesquisa baseia-se na teoria proposta por Milton Santos, que estabelece o espaço geográfico enquanto objeto de estudo da Geografia, definindo-o como "um conjunto indissociável de sistemas de objetos (instrumentos do trabalho) e de sistemas de ações (práticas sociais)" (SANTOS, 1999, p.6). Neste sentido, a compreensão da dinâmica do espaço geográfico se dá em grande parte pela difusão expressiva de um "meio técnico-científico-informacional" (SANTOS, [1996] 2008) e de suas variáveis-chave: tecnociência, informação e finanças.

As finanças a partir da década de 1970 firmam-se enquanto uma variável dominante, que atua por todo território vivente (SILVEIRA, 2004, p.7) e, portanto, é fundamental o entendimento desta variável-chave. Despontam no período atual (pós-década de 1970), novas formas de financeirização que se materializam no espaço geográfico, entrelaçando-se nos lugares através de vários tipos de fixos geográficos (CONTEL, 2006). Neste contexto, nosso objetivo é também entender o desenvolvimento das "finanças solidárias" que abrangem um leque de novas formas financeiras contemporâneas. Dentre as existentes selecionamos os bancos comunitários e as moedas locais (e/ou moedas sociais) que atuam respectivamente como "fixos" e "fluxos" nesta nova realidade financeira.

O tema bancos comunitários e moedas locais, apesar de recente nas pesquisas acadêmicas, vem aumentando em números absolutos e ganhando capilaridade pelo território brasileiro. Diversos campos do conhecimento, ligados às ciências humanas, passam a estudar os bancos comunitários no intuito de compreender sua dinâmica interna (SILVA JÚNIOR, 2004), suas relações econômicas (SOUZA, 2016), a dinâmica que ele cria nos lugares (PAULA, 2014) e entendê-lo como uma ferramenta para sociabilidade (BRAZ, 2011).

O desafio ao investigar um fenômeno, que não há referências na Geografia, incentivou ainda mais a busca pelos conceitos e categorias que dialogassem e fizessem sentido para o tema em questão. Foi fundamental o levantamento de dados para dar veracidade as relações que buscávamos fazer.

Deste modo, este artigo busca fazer pequenas contribuições para o aperfeiçoamento da pesquisa em Geografia Humana sobre este tema. Para isso traremos os desafios enfrentados em sua elaboração e alguns ganhos que obtivemos com a sistematização de dados e da teoria.

Para avançarmos no objetivo exposto, o caminho escolhido será a conceitualização sobre os bancos comunitários e moedas locais. A tríade: síntese bibliográfica, levantamento de dados e trabalho de campo para nós foi e continua sendo de fundamental relevância para as primeiras conclusões sobre o tema que traremos para este artigo.

Definição do fenômeno: os bancos comunitários e as moedas locais

Como já sinalizado anteriormente, os bancos comunitários e as moedas locais são um exemplo prático do que se intitula de "finanças solidárias" que são um campo diversificado de modalidades organizacionais e de propósitos (FRANÇA FILHO *et. al.*, 2015, p. 72) voltadas ao desenvolvimento de territórios empobrecidos (*op.cit.* p. 73). Além do uso de moedas locais feitas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), fazem parte das "finanças solidárias": os Fundos Solidários e Cooperativa de Crédito Solidário. Essas novas formas financeiras, que ocorrem nos lugares, podem ser definidas por um conjunto de serviços e produtos financeiros que fomentam contribuir para o crescimento e consolidação da Economia Solidária, por meio de um caráter pedagógico, buscando desenvolver um conjunto de processos educativos entre seus participantes, baseado na lógica solidária e autogestionária (NESOL, 2015).

Dentro deste universo, o objetivo central dos bancos comunitários é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda através do fomento de redes locais de produção e consumo, apoiados nas premissas da economia solidária (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009, p. 23). Esta definição apresentada foi proposta no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários do Brasil em 2007, na cidade de Iparana no Ceará. Foi também nesse estado que teve início a história dos bancos comunitários no Brasil, com a criação do Banco Palmas no ano de 1998, que detalharemos mais adiante.

Como mostra João Joaquim M. Neto Segundo (2009, p. 2), fundador do Banco Palmas, são também características específicas dos bancos comunitários:

I. A própria comunidade deve decidir criar o banco, sendo esta gestora e proprietária do mesmo;

II. Ele atua com duas linhas de crédito, uma em reais e outra em moeda local/social;

III. As linhas de crédito devem estimular a criação de uma rede local de produção e consumo, para promover o desenvolvimento endógeno do lugar;

IV. Devem apoiar empreendimentos como feiras, lojas solidárias, etc.;

V. Atuam em territórios com alto grau de exclusão e desigualdade social;

VI. Voltam-se para um público com alto grau de vulnerabilidade social (principalmente aqueles que são beneficiados por programas governamentais de caráter social);

VII. Devem fundar sua própria sustentabilidade financeira em curto prazo.

Dito em outros termos, o que difere os bancos comunitários de bancos convencionais é que seus objetivos são completamente distintos pois a "finalidade do banco comunitário não é maximizar seu lucro, como fazem os bancos capitalistas, mas fomentar o desenvolvimento econômico da comunidade que o criou e o utiliza" (SINGER, 2013, p. 35). Para França Filho et. al. (2012) esses bancos definem-se por serem uma modalidade de "organização socioeconômica inovadora" na gestão do microcrédito junto a populações mais empobrecidas.

Cada banco comunitário possui sua própria moeda local, no Brasil esses "circulantes locais" são ligados aos bancos são denominados de Sistemas de Moeda Local (SML) (CROCCO & MENEZES, 2009). É importante apontarmos os mecanismos de funcionamento dessas moedas locais nos lugares, pois elas são uma das formas que possibilitam os bancos comunitários a alcançarem seus objetivos.

Uma característica fundamental deste novo instrumento financeiro solidário – moeda local – é que ele tem a capacidade de permanecer no lugar, pois se caracteriza por ser uma "moeda produtiva" (KEYNES, 1964 [1936]) a qual não tem a capacidade de gerar ganhos, já que este instrumento financeiro possui um "fim em si mesmo". Isto ocorre porque estas moedas locais são disponibilizadas sem juros pela maioria dos bancos comunitários existentes no Brasil. Deste modo, a moeda "funciona" apenas em circulação, pois seu entesouramento não é remunerado. O fato dos empréstimos serem a juros zero, acaba estimulando o emprestador a consumir em pequenos estabelecimentos de seu bairro, caracterizados por serem do circuito inferior da economia urbana

(SANTOS [1975] 2008), como demonstrou o trabalho de Paula (2014) nos bancos comunitários de São Paulo. Esta característica da moeda local se mostra fundamental para que a metodologia dos bancos comunitários surta os efeitos de desenvolvimento local esperados.

Outra peculiaridade da moeda local é que ela atua em um determinado limite territorial e, portanto, não tem validade fora de sua restrita área de abrangência, o que a distingue da moeda nacional (CROCCO & MENEZES, 2009). Para Crocco & Menezes (2009, p. 395) "O principal benefício do uso da moeda local no modelo que os bancos comunitários estipularam no Brasil é a manutenção da riqueza no local, ou melhor, a diminuição dos vazamentos e a consequente valorização da atividade econômica que se realiza na região". Essa característica, aliada aos descontos oferecidos pelos estabelecimentos cadastrados nos bancos comunitários para uso da moeda local – como mostra o trabalho de Crocco e Menezes sobre o Banco Bem em Vitória-ES (*op.cit.*, p. 390) – estimulam o comércio local.

Do ponto de vista teórico, entendemos que esta "nova forma de organização financeira" poderia tornar-se um meio para que o dinheiro líquido, fundamental para os agentes do circuito inferior da economia urbana, não escoe para os agentes do circuito superior, já que se cria uma maior chance de consumir nos próprios estabelecimentos do circuito inferior.

Contudo, para que haja uma eficácia da circulação da moeda, é preciso que haja relações de confiança e vizinhança que somente se concretizam em um cotidiano compartilhado. A confiança, condição primária para o funcionamento desta nova organização financeira, só pode ser construída no "lugar" pois é a partir dele que podemos definir a "dimensão espacial do cotidiano" das populações urbanas (SANTOS, [1996] 2008), onde se realizam as condições e suportes para as relações globais (SANTOS, 2005, p.156). Nestes termos, a lei é da interação entre os indivíduos, a organização é produto da solidariedade, e seus elementos possuem relações orgânicas, de vizinhança, cooperação e socialização. A ordem é local, e é ela que é capaz de fundar efetivamente o cotidiano, as horizontalidades e a co-presença (SANTOS, [1996] 2008, p.339).

Deste modo, é no lugar que existe um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições, onde também há cooperação e conflito, que são a base da vida em comum. Portanto é fundamental compreender o funcionamento dos bancos comunitários em seus respectivos lugares, pois entendemos que desta maneira é possível identificar como a vizinhança e a co-presença são fundamentais para seu funcionamento e possível criação de horizontalidades.

Alguns destes itens podem ser observados com a criação do Banco Palmas e sua respectiva moeda local, o Palmas (P$).

A fundação do Banco Palmas

Definido o objetivo dos bancos comunitários e o funcionamento das moedas locais, que se realizam apenas em um cotidiano compartilhado por meio da confiança e solidariedade entre tomador e emprestador, parece-nos fundamental iniciarmos pela história do Banco Palmas, pois além de ser o primeiro banco comunitário, foram as experiências ali desenvolvidas que serviram de modelo para a formulação de uma política pública de combate à pobreza, denominada de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD).

Para compreendermos o Banco Palmas, partiremos da análise de seu lugar de origem, pois é no *lugar* que se dão as condições e suportes para as relações globais em qualquer território (SANTOS, 2005, p.156), daí a importância de sua consideração.

O Banco Palmas surge no Conjunto Palmeiras, um bairro que se localiza na periferia de Fortaleza, no estado do Ceará. A história deste bairro assemelha-se a muitas histórias conhecidas no âmbito da Geografia Urbana, pois assim como outros bairros periféricos brasileiros, surgiu da especulação imobiliária de determinadas áreas da cidade que antes eram habitadas por população de baixa renda e que, em determinado momento, passam a ser de interesse do capital imobiliário.

No final da década de 1970, em função da execução do Plano Metropolitano de Fortaleza, algumas áreas litorâneas centrais passaram a ser locais de forte atuação de agentes imobiliários, pois o projeto tinha como intuito abrir novas ruas e avenidas e, consequentemente, valorizar áreas habitadas pela população pobre. Com este processo, a "população indigente foi 'atirada' numa área pantanosa coberta por lama e vegetação densa" (SILVA JÚNIOR, 2004, p.26), foi ali onde fundou-se o Conjunto Palmeiras, um lugar distante e "invisível" às políticas públicas da metrópole de Fortaleza.

Em meio a esta situação, os recém-moradores do Conjunto Palmeiras buscaram alternativas para lutarem pelo direito à moradia digna. Primeiramente surge as "Comunidades Eclesiais de Base" (CEBs) que, além de local religioso, era lugar de encontro e socialização entre os

moradores possibilitando a “construção do discurso e da ação política das organizações comunitárias" (SILVA JUNIOR, 2004, p. 93). Com esta base, cria-se a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) em 1981, que posteriormente será o alicerce do projeto mais bem consolidado do bairro, o Banco Palmas (SILVA JUNIOR, 2004, p. 25), fundado anos mais tarde em 1998.

Com a criação do banco comunitário, elabora-se uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores locais através do uso de um cartão de crédito próprio, o *PalmCard*.

O primeiro montante de dinheiro doado ao Banco Palmas foi obtido através de uma Organização Não Governamental – *Cearah* Periferia – que naquela ocasião doava crédito com o intuito de melhorar as condições de moradias em bairros periféricos na cidade de Fortaleza. Um dos principais articuladores desta empreitada com a *Cearah* Periferia foi Joaquim de Melo, naquela época padre da paróquia local. O fato do padre já ter relações anteriores com a *Cearah* Periferia, facilitou a doação de R$2.000,00 (Dois mil reais) para que o Banco Palmas pudesse dar início às suas atividades (SILVA JUNIOR, 2004, p. 35) colocando em uso o *PalmCard*.

Conforme Silva Júnior (2004) relata, a implantação do *PalmCard* no Conjunto Palmeiras foi dificultosa, pois os comerciantes ainda não possuíam um elo de confiança em relação ao cartão e ao Banco, que acabavam de surgir. Para que houvesse “confiança” dos comerciantes em relação ao banco, reuniões foram realizadas, contudo pouco deles compareciam. Outro ponto negativo é que os comerciantes teriam que ceder 3% do valor da compra feita em *Palmcard* ao Banco Palmas, como taxa de administração. Apenas mais tarde a situação se inverteu, e os próprios comerciantes vinham procurar o Banco para poder se habilitar a usar o cartão.

Nota-se que um dos objetivos iniciais do Banco Palmas – constituir uma rede solidária tendo como instrumento financeiro principal o *PalmCard* – baseia-se em uma das premissas da economia solidária e do microcrédito. Todavia para Silva Júnior (2004, p.35), os agentes da Associação e do Banco Palmas só se aproximariam efetivamente dos princípios e dos preceitos da economia solidária em 2000, após a realização do I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconômica Solidária, em Mendes/RJ.

Logo depois dos primeiros contatos com a perspectiva da “economia solidária”, os gestores do Banco Palmas introduziram sua moeda própria para a circulação local (o *Palmas*), implementada no Conjunto Palmeira em 2002 através da "Metodologia de Fomento" (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 55). O *Palmas* (P$) se constituiu como um projeto piloto desenvolvido pela

Fundação holandesa Strohalm, e implementado pelo seu "braço" no Brasil, o Instituto InStroDi. Fundada na experiência destas duas instituições globais, a moeda *Palmas* foi instalada a partir do chamado "Método Bônus de Fomento", ferramenta de desenvolvimento local, concebida especialmente para "ativar a economia em comunidades com falta de liquidez" (RAMADA, 2003, p.5) que busca uma mudança na estrutura do funcionamento da economia local.

O método funciona da seguinte maneira: 1- utilizar o dinheiro como respaldo para a criação de um *circulante local*, que será utilizado para realizar um projeto social; 2- emprestar o dinheiro economizado desta forma para os tomadores de microcrédito; 3- aceitar o *circulante local* como meio de pagamento para estes créditos (RAMADA, 2003, p. 17).

Sendo assim, o dinheiro do microcrédito seria revertido em moeda local/social, e assim, o consumidor poderia usar o circulante nas suas transações diárias em estabelecimentos da comunidade; e por fim o dinheiro escoaria menos para outros lugares que não o da comunidade.

Neste sentido, a partir do método do bônus de fomento, a segunda grande soma de recursos doada para o Banco Palmas foi no valor de R$51.302,00, doação realizada pela Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) para a construção de um prédio que abriga hoje a Escola Comunitária de Socioeconômica Solidária (*Palmatech*). A partir deste montante doado, parte dele foi "clonado" em moeda local (o Palmas). Para que a moeda local passasse a circular no bairro, uma estratégia utilizada foi realizar 80% do pagamento aos funcionários em Palmas (P$). Este mecanismo é fruto da primeira parceria que o Banco Palmas fez e que permitiu as posteriores condições de suporte para o seu desenvolvimento.

Deste modo, identificamos que para a implementação do uso da moeda local há o envolvimento de atores ligados a outras escalas, são eles: a ONG *Cearah Periferia* e a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) que são organizações de solidariedade (ONGs e grupos sociais organizados em torno de objetivos comuns) (ANTAS JR, 2005).

Como apresentado, ainda que o Banco tenha enfrentado dificuldades para a difusão local deste novo instrumento financeiro, foram utilizadas algumas estratégias, como: a propaganda em rádios comunitárias do bairro, pintura externa dos estabelecimentos que aceitavam a moeda e também cartazes ilustrativos dentro de estabelecimentos comerciais, informando que se recebia Palmas (P$) como forma de pagamento (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 57). Estas mudanças na iconografia dos estabelecimentos foram necessárias para se estabelecer entre os agentes locais (consumidores e

receptores da moeda social circulante) uma relação de confiança. Estudos realizados por Silva Júnior (2004) – especificamente sobre o Banco Palmas (CE) – e Crocco & Menezes (2009) – sobre o Banco Bem em Vitória (ES) – analisam a importância crucial da confiança entre os agentes para que o banco comunitário e amoeda local deem certo.

Outro ponto fundamental é o fato do Banco Palmas inferir que suas relações com os clientes se dão de maneira quase nada burocratizadas, o que difere de um banco tradicional. Isso fica explícito no depoimento de Joaquim de Melo: "*eu não tenho nem a carteira de identidade ou cópia de identidade do cara que toma empréstimo do Banco Palmas. Aliás, o cara que pega empréstimo, aqui, não deixa cópia de nenhum documento porque não me interessa o documento dele*" (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 53). Contudo, ao que consta dos trabalhos de campo realizados por Silva Júnior (2004), verificou-se que o Banco Palmas não atua totalmente sem registros. Ainda segundo o pesquisador, vêm sendo ampliados os registros de ocorrências, ações, atividades e tarefas que ocorrem no cotidiano do Banco. Silva Júnior aponta que isto está ligado ao fato do Banco Palmas ter que prestar contas para seus financiadores/parceiros, para eles terem ciência se os recursos aplicados alcançaram os resultados esperados inicialmente. Isso leva a um entrave, pois de um lado é necessária uma “formalização” das atividades (visando mostrar resultados para os parceiros) de outra, os bancos comunitários devem ter como objetivo facilitar aos moradores o acesso ao crédito por meio de instrumentos e/ou valores de forma não-burocratizada, permitido justamente pela relação de vizinhança, de confiança e solidariedade que dela deriva (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 54).

É importante notar que esses "valores informais" que o banco comunitário necessita para alcançar seus objetivos ocorrem apenas pelo contato "face-a-face" entre o tomador e o credor do empréstimo. A partir das relações de vizinhança, que se dão no lugar, há uma intensificação da proximidade entre esses agentes e assim "aumenta a confiança no sistema e diminui a ocorrência de inadimplência" (CROCCO &MENEZES, 2009, p. 387). Este sistema nos aproxima muito do conceito de "finanças de proximidade", onde a relação de confiança é construída com o objetivo de obter informações que otimizem as decisões, como aponta Abramovay e Junqueira (2005).

Foram as experiências desenvolvidas no Banco Palmas que se tornarão base para o fomento de outros novas bancos comunitários no Brasil, como veremos no próximo item.

Síntese Bibliográfica e Pesquisa documental: Banco Palmas e a origem dos bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil

Para compreendermos como o Banco Palmas irá se tornar o modelo de replicação para todo o Brasil, foi necessário a execução de duas etapas para a realização da pesquisa: a síntese bibliográfica e a pesquisa documental. Enquanto a primeira está baseada principalmente na tese de Juliana Braz (2011), a segunda etapa foi realizada pelo levantamento de contratos do Banco Palmas com diversas instituições. Veremos detalhes desta teia de relações na descrição a seguir.

Em 2003 a demanda pela assessoria do Banco Palmas, fossem elas de comunidades ou até mesmo do governo federal, aumentou (BRAZ, 2014, p.108) e a ASMOCONP/Banco Palmas precisou encontrar uma forma de também captar os recursos de políticas públicas do governo brasileiro, já que o marco legal do Brasil dificultava a obtenção de recursos pelos órgãos públicos (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 65). Neste contexto, no mesmo ano, fundou-se uma nova instituição, o Instituto Palmas que se caracteriza juridicamente por ser uma Organização de Sociedade Civil (OSCIP). Concomitante a isso, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão do Estado Federal, que três anos mais tarde firmaria parceria com o Instituto Palmas, surgimento da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBC). Com a Rede, criou-se uma metodologia "espelhada" no Banco Palmas e na economia solidária, formulando então os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD).

A SENAES juntamente com as entidades executoras (nacional e regionais), selecionadas nos Editais (2010 e 2013) da SENAES, tinham a responsabilidade de operacionalizar e fazer o acompanhamento dessas políticas públicas nas quatro regiões brasileiras que apresentavam bancos comunitários, são elas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. Durante o governo do Partido dos Trabalhadores, esses usos do território feitos pelo Estado e as entidades executoras em relação aos bancos comunitários, podem ser entendidos como círculos de cooperação pois :

> Tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informações (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção (CASTILLO, 2004, p. 95).

Portanto esses círculos de cooperação – "comando das instâncias organizacionais" (SANTOS & SILVEIRA, 2002, p. 147) – foram capazes de organizarem o funcionamento dos bancos comunitários nos lugares.

Esses bancos comunitários de desenvolvimento, que se estabelecem como política pública de combate a extrema pobreza durante o Partido dos Trabalhadores (2003- ago. 2016), têm como base os preceitos das "finanças solidárias", apresentado anteriormente. Para Paul Singer, que presidiu a SENAES entre os anos de 2003 e 2016, a economia solidária é um modo de produção que busca a igualdade através da autogestão, onde os empreendimentos seriam geridos pelos trabalhadores de maneira coletiva. Os serviços financeiros que já eram prestados pelo Banco Palmas se expandiram, aumentaram e foram replicados para os novos bancos comunitários de desenvolvimento.

Estes serviços novos serviços, tais como: 1. Concessão de crédito solidário mediante concessão delegada junto a agentes financeiros, como o Banco Popular do Brasil; 2. Concessão de crédito para consumo pessoal e familiar, sem juros; 3. Abertura e extrato de conta corrente; 4. Depósito em conta corrente; 5. Saque avulso ou com cartão magnético; 6. Recebimento de títulos; 7. Recebimento de contas (água, luz, telefone etc.); 8. Pagamento de subvenções e aposentadorias (MELO e MAGALHÃES, 2009, p. 22) só foram possíveis de serem ofertados porque houve uma parceria entre o Instituto Palmas e o Banco Popular do Brasil em 2006, promovendo uma modificação no arranjo local do banco, como também na relação com o sistema financeiro e bancário oficial.

Esse convênio, e posteriormente a aprovação do Instituto Palmas no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), foram resultados da inserção do tema da "inclusão financeira" na pauta das políticas públicas do setor, e com isso o Banco Palmas obteve uma carteira de crédito de R$700.000,00 junto ao referido Programa (PNMPO). O Banco Palmas seria o "gestor de rede", isto é, o intermediário entre o Banco Popular do Brasil e os pontos de atendimento. Isso permitiu que os outros bancos comunitários abertos pudessem acessar uma carteira de crédito junto ao Banco Popular do Brasil (BRAZ, 2014, p. 109). Um ano antes do convênio (2005) o Instituto Palmas já tinha firmado parceria com a SENAES. Acreditamos que estes são fatores que aconteceram no âmbito institucional que permitiram esta enorme capilarização do Instituto Palmas em suas proximidades (sobretudo no estado do Ceará) visto que

quase metade (49,5%) dos bancos comunitários estão na Região Nordeste do país, sendo que desses, 70,5% localizam-se no estado do Ceará como pode ser observado na Figura 1.

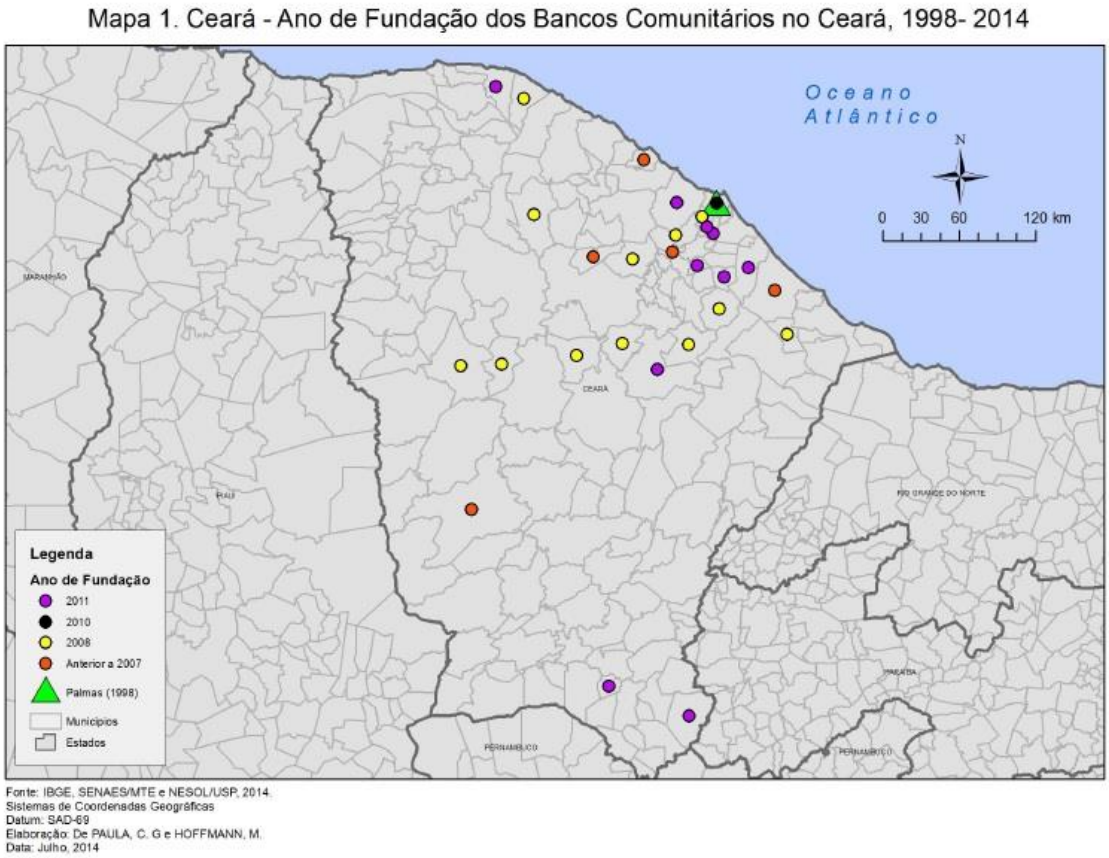


Figura 1 : Fundação dos Bancos Comunitários do Ceará
Fonte : Paula (2014)

Além dos fatores institucionais que trouxemos, há outros eventos que justificam esta expressiva concentração no Ceará. Durante nossa investigação identificamos que no ano de 2007, se estabeleceu "parceria com o governo do estado do Ceará para ampliar os bancos comunitários em sua circunscrição" (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009, p.22). Este projeto esteve em vigor entre o período de 2007 e 2008 e tinha como objetivo a implementação de dez bancos comunitários no estado do Ceará. Neste sentido, houve uma política no âmbito estadual, ligada ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) em um valor de R$800.000,00. O fenômeno descrito pode ser observado na Figura 1, que são os bancos criados em 2008.

Esta capilaridade dos bancos comunitários foi o resultado material de políticas públicas vinculadas a economia solidária, que se deram “de cima-para-baixo” por parcerias criadas no âmbito federal e estadual.

Importante destacar que o Instituto Palmas possui duas ações distintas em relação às suas parcerias. A primeira delas está ligada ao âmbito público, exemplificada pelo apoio financeiro que o Instituto recebeu por meio dos Editais da SENAES de 2010, (quando era executor nacional) e de 2013 (quando passa a atuar enquanto executor regional do Nordeste), a segunda parceria foi o convênio com o Governo do Estado do Ceará. Contudo, durante os primeiros passos da implementação do Banco Palmas, constatamos que já haviam laços criados com a ONG *Cearah Periferia* e a Fundação holandesa *Strohalm*, como identificamos anteriormente. Esses vínculos com parceiros que não provêm apenas do Estado perduram, pois em 2014 o Instituto Palmas possuía uma rede de parceiros e financiadores que participam de círculos de cooperação globais (Banco Santander, Petrobrás, ASHOKA, etc.) e também outros de relações mais locais (Associações Comunitárias, Instituições Públicas Locais, etc.), como pode ser observado na Figura 2.

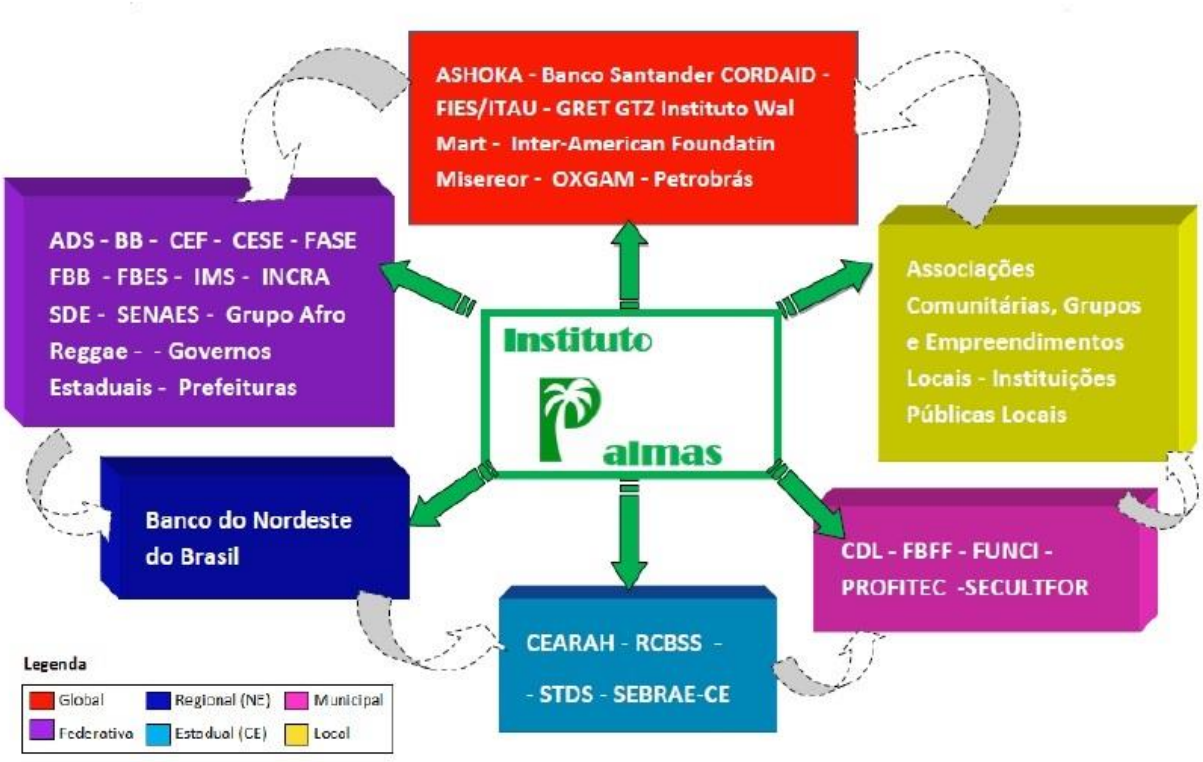


Figura 2 : Instituições Financeiras e Parceiras do Instituto Palmas (1998-2010).
Fonte: autora.

Para além de sua atuação no território brasileiro, o Banco Palmas passa a "exportar" também suas ações desenvolvidas no Conjunto Palmeiras para o exterior, quando em 2008, assinou um Memorando de Entendimento para a Cooperação Econômica e Social com o Ministério do Poder

Popular para a Economia Comunal, do governo da Venezuela. Baseado neste acordo, o Instituto Palmas treinou uma equipe de 30 técnicos do governo venezuelano na metodologia dos bancos comunitários e estabeleceu um calendário de visitas de monitoramento e capacitação naquele país. Ao mesmo tempo, o governo venezuelano aprovou a Lei dos Bancos Comunais, que estabelece que a cada 200 famílias organizadas, um conselho comunal pode ser criado para instalar um estabelecimento comunitário que preste também serviços financeiros. Este processo já teria resultado na organização de 3.600 bancos comunitários em diferentes estados da Venezuela (SEGUNDO & MAGALHÃES, 2009, p. 25).

Para Silva Júnior (2004, p. 49), esta relação que o Instituto Palmas vem tomando a nível nacional – e até internacional –, pode ser um empecilho para seu maior objetivo, pois a "sociedade enfrenta a dificuldade de se articular/se comunicar com o seu principal público (os moradores do Conjunto Palmeiras), por encontrar-se envolvida na promoção externa de suas ações".

Além disso, em meio as mudanças do cenário político brasileiro em meados do ano de 2016, há uma reestruturação dos Ministérios e suas Secretarias. A então SENAES torna-se em novembro do mesmo ano, uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, no Ministério do Trabalho. Isso traz consequências para os bancos comunitários do Brasil, visto a importância estratégica da SENAES como suporte para esses bancos, juntamente com as entidades executoras nomeadas por ela. Pelo fato do Banco Palmas ser o precursor e também o banco com maior desenvolvimento organizacional, devido as teias de relações criadas por ele durante todos seus anos de existência, é fundamental acompanhar suas ações frente a esta nova dinâmica desafiadora que se coloca para os bancos comunitários brasileiros.

Breve Considerações Finais

Apresentamos neste artigo o objetivo dos bancos comunitários e o funcionamento das suas respectivas moedas locais, dentro de um universo denominado de finanças solidárias. Pelo fato do Banco Palmas ter sido não só o primeiro banco como também modelo de replicação para a criação dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCD) durante o governo do Partido dos Trabalhadores (2003 – ago. 2016), apresentamos sua fundação e desdobramentos. Somente é possível compreender a atuação do Banco Palmas por meio do Instituto Palmas, responsável pela replicação e fomento dos bancos comunitários de desenvolvimento, e também surgimento da

Rede Brasileira de Bancos Comunitários (BRAZ, 2014, p. 109). Ainda foi possível verificar que esse Instituto mantém relações no âmbito global que podem vir a influenciar a dinâmica do Banco Palmas.

Até o presente momento, estas constatações foram feitas através de uma síntese bibliográfica sobre o tema estudado, incluindo outras áreas do conhecimento, visto a escassez de pesquisas sobre este tema em Geografia.

Através da síntese bibliográfica e de nossa pesquisa documental, buscou-se fazer uma leitura geográfica dos bancos comunitários e moedas locais, pois apresentamos como as relações de confiança são fundamentais para o funcionamento destes. A confiança somente pode se dar a partir de um contato face-a-face em um cotidiano compartilhado que se realiza nos lugares. Também compreendemos que a economia nos países subdesenvolvidos deve ser entendida através dos dois circuitos da economia urbana, desta maneira identificou-se os estabelecimentos que fazem uso da moeda local sendo próprios do circuito inferior e a moeda como uma nova organização financeira que permite uma menor drenagem de dinheiro líquido para o circuito superior. Buscamos também apresentar o funcionamento da SENAES e das entidades executoras enquanto "círculos de cooperação" para a organização dos bancos comunitários de desenvolvimento nos lugares.

Nossa intenção neste artigo foi não somente trazer à luz alguns avanços da pesquisa já produzida até o presente momento, como também descrever os subsídios fundamentais que nos permite realizar uma pesquisa acadêmica na área da Geografia de um fenômeno pouco explorado por esta ciência.

Por fim, para que uma pesquisa acadêmica seja feita de forma sistemática é necessário um tripé composto de síntese bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo. Durante o desenvolvimento do artigo alguns pontos somente serão aprofundados com a realização do trabalho de campo, que possibilitará compreendermos empiricamente se o Banco Palmas e o Instituto Palmas estão, de alguma maneira, participando da organização dos bancos comunitários de desenvolvimento já criados, já que houve a extinção da SENAES e ele parece ser o ator com maior *know*-how devido a sua história e participação no fomento de novos bancos.

A partir de entrevistas e aplicação de questionários poderemos fazer também uma sistematização para desvendarmos os meandros da dinâmica interna do Banco Palmas e Instituto Palmas que nos possibilitará atualizar como se dá sua dinâmica no lugar, o Conjunto Palmeiras. É também durante

esta fase da pesquisa que teremos um contato "face-a-face" com os gestores do banco que nos possibilitará compreender se Organizações Não Governamentais (ONG) envolvidas na criação da moeda Palmas atuam ainda hoje atuam de alguma maneira no referido banco.

Os desafios que se seguem para a continuação da realização desta pesquisa são muitos e certamente o trabalho de campo nos possibilitará traçar bons resultados qualitativos.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. e JUNQUEIRA, R.G.P. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**. São Paulo. n. 1, p. 19- 34, jan./fev./mar. 2005.

ANTAS Jr., Ricardo Mendes. **Território e regulação – espaço geográfico: fonte material e não-formal do direito**. São Paulo: Humanitas, 2005.

BRAZ, Juliana de Oliveira Barros. **Os dilemas de se estar no fio da navalha: A experiência do Banco Palmas e suas práticas cotidianas**. São Paulo, 2014, 194f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

_____. Bancos Comunitários de Desenvolvimento: ferramenta para uma nova sociabilidade. In: XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2011, Recife. Anais do XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2011

CAMINHA, U. e FIGUEIREDO, M. Atividade Financeira e Moeda: Análise da Experiência do Conjunto Palmeiras em Fortaleza-CE. **Revista de Direito GV**, São Paulo, p.99-130, jan.-jun. 2011.

CASTILLO, Ricardo. Transporte e Logística de granéis sólidos agrícolas: Componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro. Investigaciones Geográficas, **Boletin del Instituto de Geografia**, México.n. 55, p. 79-96, mês. 2004.

CONTEL, Fábio Betioli **Território e Finanças. Técnicas, Normas e Topologias Bancárias no Brasil**, São Paulo, 2007, 323f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CROCCO, Marco; MENEZES, Melissa Silva. Sistemas de moeda local*:* uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. Publicado em: **Economia e Sociedade**, Campinas, v.18, n.2 (36), p. 371-398, ago. 2009.

FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JUNIOR, J. T. RIGO, A. S.. Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. **Revista de Administração** (FEA-USP), v. 47, p. 500-515, 2012.

FRANÇA FILHO, G. C.; RIGO, A. S; LEAL, L. P. Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias Apresentando a Realidade do Nordeste e Discutindo Proposições. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, Ano 13, nº. 31, jul./set., 2015, p. 70-107

NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – NESOL-USP Finanças Solidárias (Cadernos de Finanças Solidárias) / Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP – São Paulo – NESOL-USP, 2015.

PAULA, C. G. **Do Território ao lugar: Bancos comunitários, moedas locais e o circuito inferior da economia urbana em São Paulo-SP**. 2014, 279f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RAMADA, C. **Manual Bônus de Fomento, uma ferramenta inovadora para ativar a economia local**. Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral, Porto Alegre, 2003.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil*: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, [1996] 2008, 4ª edição.

_____. **O Espaço Dividido.** São Paulo: Edusp, [1975] 2008, 2ª edição.

_____. Modo de produção técnico- científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005, 1ª edição.

SEGUNDO, J.J.N.M. Banco Palmas...um caminho. **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro**. Ano 3, n°29, abril de 2008.

_____. Bancos Comunitários. Le monde Diplomatique, 2009a.

_____.Uma segunda moeda, já pode? 2012. [http://www.bancopalmas.org.br/]; [Acessado em 10/07/2012].

SEGUNDO, J.J.N.M & MAGALHÃES Bancos Comunitários, **Boletim Mercado de Trabalho**, Ipea, v.41, novembro de 2009.

SILVA JÚNIOR, J.T. **Gestão, Fato Associativo e Economia Solidária: A experiência da ASMOCOP/Banco Palmas**, Salvador, 2004, 93f. Dissertação (Mestrado em Administração), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.

_____. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias. **Cadernos Gestão Social**, v. 1, pp. 1-18, 2007

SILVEIRA, Maria Laura Globalización y circuitos de la economia urbana em ciudades brasileñas. **Cuadernos del CENDES**, Caracas, v. 3, n. 57, pp. 1-21, 2004.

SOUZA, H. P. B. **Uma investigação das moedas sociais à luz da teoria monetária: os casos dos bancos comunitários de São Paulo e das moedas locais da Catalunha**. Qualificação de Tese de Doutorado, Universidade Federal do ABC, 2016.

SINGER, Paul. **Entrevista com Paul Singer. 2006.** - São Paulo, EDUSP/FAPESP. Publicado em setembro de 2007.

_____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [2002] 2004.

_____. O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária In: **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. Org. Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas – São Paulo: A9 Editora, 2013.